



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Mandato 2025/2029

ATA NÚMERO QUATRO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 275/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e Armindo António Olmo, 2.ª Secretário.

Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

Alexandrina de Jesus Salgado Areias; Ana Isabel Lourenço Dobrões; Bruno Monteiro; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Fábio Azevedo; Olívia Diogo Martins; Paulo André Branco Morgado; Sónia Maria Alves Rosa; Vítor Fábio Borges Gomes

Faltou a esta reunião o Deputado Fernando Francisco Teixeira de Barros, tendo sido legalmente substituído pelo Deputado Eurico Trigo.

Faltou a esta reunião o Deputado António Alfredo Teixeira Neves, tendo sido legalmente substituído pela Deputada Salette Alexandra Morais.

Faltou a esta reunião o Deputado Joni Micael Bento Ledo.

Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta:



[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

----- Anabela Bragança dos Santos; António Alexandre Adão dos Santos; António Manuel Carrilho Aguiar; Carlos José Almeida Seixas; Domingos José Martins Borges; Fernando Augusto Silva Braz; Francisco Manuel Germano Rodrigues; Frederico Macedo Teixeira; Joaquim Correia; Manuel António Prazeres Madureira; José António dos Santos Ferreira; Mónica Rute Moutinho. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Freixiel, Gilberto Vieira, tendo sido legalmente substituído pela Adjunta Sandra Gomes. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo, Justino Manuel Bernardo dos Santos, tendo sido legalmente substituído pela Adjunta Carina Ferreira.-----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Sampaio, Vítor Cassiano Queijo Pereira.

----- O Órgão Executivo esteve representado por:

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Presidente da CMVF. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ----

----- Catarina Isabel dos Santos Almeida, Vereadora em Regime de não Permanência da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, Vereador do Partido Socialista. -----

----- Faltou a esta reunião o Senhor Vereador da CMVF (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), Dr. Michel Lima Monteirol. -----

Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- O Presidente da AM agradeceu a presença de todos, cumprimentando também quem acompanhava em direto a transmissão da AM. Seguidamente referiu que a AM tinha, naquele dia, um cariz especial pela presença dos alunos do 10º B, do Curso de Humanidades do Agrupamento de Escolas de Vila For acompanhados pelas Professoras Carla Carvalho e Marisa Pêgo, que vieram fazer uma intervenção sobre "Cidadania e Desenvolvimento". Seguidamente foi dada a palavra ao Jovem Martim Vitorino. -----



----- O Jovem **Martim Vitorino**, depois de cumprimentar todos os presentes e de se apresentar como porta-voz da Turma B, do 10º Ano da Escola Básica e Secundária de Vila Flor, referiu que a turma veio assistir à Sessão da AM no âmbito do seu Projeto de Cidadania e de Desenvolvimento, e em nome de toda a Turma, colocou a seguinte questão ao Sr. Presidente da CMVF: *“Considerando que assumiu recentemente o seu novo Mandato, gostaríamos de saber quais são as medidas que pretende implementar para apoiar e fortalecer a Educação no nosso Concelho”*. Agradeceu a sua atenção e disponibilidade. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que foi um prazer enorme ter a visita do 10ºB do Agrupamento de Escolas de Vila Flor, agradecendo às Senhoras Professoras por trazerem ali os alunos, que era bom ver a sua capacidade de intervenção, dando os parabéns ao **Martim Vitorino**, porta-voz da Turma, que colocou uma questão muito pertinente, que era uma preocupação do Executivo desde que Tomou Posse em 2021. Acrescentou que o seu segundo Mandato iria ser caracterizado por dois *“E, Envelhecimento e Educação”*, que estavam interligados, pois a Educação tinha muito a ver com a capacitação de uma Sociedade, de dar qualidade de vida aos seus Municípios, salientando que Vila Flor tem 550 alunos no seu Agrupamento de Escolas, o que era notável nas circunstâncias verificadas no Distrito de Bragança, bem como nos Concelhos do Interior; que Vila Flor se destacava por contrariar um pouco a tendência de diminuição da Comunidade Escolar com um aumento significativo, principalmente nas faixas etárias mais jovens, ou seja, no pré-escolar e no Primeiro Ciclo, onde houve um aumento de 40 alunos, existindo ali uma motivação extra para se trabalhar numa Educação diferenciada que motive as famílias a fixarem-se em Vila Flor porque sabem que aqui poderão ter um Projeto Educativo diferente. Destacou que o projeto do Ecopark não era só um alojamento, um Projeto Turístico, mas era também um Projeto Educativo onde será celebrada a natureza, o ambiente, que os alunos desde o Pré-escolar poderão visitar para, de certa forma se poderem renaturalizar, porque, por vezes, somos demasiadamente urbanos, até nos meios rurais, pois afastamo-nos muito da natureza, da nossa origem e, por isso, sentimos a necessidade de disponibilizar um Projeto Educativo diferenciador que motive os jovens a criarem as suas próprias oportunidades. Destacou o programa de apoio dado aos estudantes de Vila Flor que frequentam as universidades com as Bolsas



Universitárias, por serem um apoio direto aos alunos e que também contribuem para um enraizamento à sua comunidade, retribuindo com uma semana de trabalho ao seu Município nas atividades em que eles se quiserem enquadrar, nomeadamente num Certame de Promoção Territorial, como é a ExpoVila, ou até nas Amendoelras em Flor ou mesmo na Vila F'liz Natal ou noutro Projeto que eles proponham e que será, com certeza, aceite. Sublinhou, ainda, que as Bolsas Universitárias foram uma iniciativa do atual Executivo que visava não só o apoio aos alunos Universitários, mas também um Elo de ligação com o Município onde os alunos têm a oportunidade de conhecer outros alunos que estudam noutras localidades de Portugal, noutros cursos, com idades diferentes, que eram uma atribuição Universal, pois todos os alunos têm direito a ela, que ali não entra em conta a família, mas assim o aluno. Ainda em relação à questão que ali foi colocada pelo representante do 10ºB, disse que a criação de um Projeto Educativo diferenciador desde a Pré-escola, contribuiria para uma fixação futura dos jovens em Vila Flor. Finalizou a sua intervenção salientando que mais uma vez foi um prazer ver os jovens na AM de Vila Flor. Agradeceu às Senhoras Professoras por trazerem ali os alunos. -----

----- O Presidente da AM, dando cumprimento ao primeiro ponto da Agenda de Trabalhos, informou que foram recebidos os Jornais Distritais do costume, as revistas Territoriais que serão colocados na Sala da AM, onde poderão ser consultados. De seguida deu a palavra à Senhora Deputada Sandra Gomes, em representação da junta de Freguesia de Freixiel. -----

----- A Deputada da AM Sandra Gomes (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, anunciou o voto de pesar: "*Propomos um voto de pesar pelo falecimento de Alzira Gonçalves, esposa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freixiel, Gilberto Vieira; que as boas memórias, o carinho partilhado e o legado deixado junto da população e comunidade, tragam algum conforto aos seus familiares e amigos para que encontrem a força e serenidade para atravessar este momento difícil*".-----

----- O Presidente da AM, deu início a um minuto de silêncio. De seguida referiu que os votos de pesar eram momentos de estima, momentos de homenagem a pessoas da nossa comunidade que tiveram um papel fundamental, que deixaram muita saudade e que foi um gesto muito bonito da Junta de Freguesia de Freixiel. Acrescentou que a Mesa



queria também avançar com um voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz Pereira, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sampaio, Vítor Cassiano: *“Que as boas memórias, o carinho partilhado e o legado deixado junto da população e da comunidade, tragam algum conforto aos seus familiares e amigos para que encontrem força e serenidade para atravessar este momento difícil”*. Fez-se de seguida um minuto de silêncio. Pediu aos Serviços que fizessem chegar esses votos de pesar aos familiares, referindo que queria estender esse voto de pesar a todos os nossos concidadãos que têm partido nos últimos tempos. Colocou de seguida as atas nº2 e nº3 a votação, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade. -----

PONTO DOIS: Período antes da Ordem do Dia. -----

----- **O Presidente da AM abriu as inscrições, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno.** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno, Carlos Seixas (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP),** depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que vinha falar de dois assuntos de justiça a nível do Município. Começou pela água da rede, dizendo que havia pessoas que há muitos anos não pagavam a água, que eram milhares de euros em falta no Município, solicitando-lhe que tomasse uma decisão nesse sentido, pois era uma injustiça no Concelho. A outra questão estava relacionada com os parques de estacionamento, dizendo que serviam de garagens, o que estava mal. Solicitou ao Sr. Presidente que tomasse boa nota desses dois assuntos: água e parques de estacionamento. -----

----- **O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP),** depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que o primeiro assunto que queria ali realçar era dar um pequeno esclarecimento sobre a presença dos alunos e professoras na sessão. Esclareceu que como pai de um aluno da mesma, lançou o repto numa reunião de Encarregados de Educação, sugerindo à Diretora de Turma que a mesma pudesse vir assistir a uma sessão da Assembleia Municipal, pois apesar de termos o Parlamento Jovem, seria interessante que os jovens cada vez mais fizessem parte ativa da vida da Comunidade, deixando-lhes um o agradecimento muito especial. O outro assunto ali colocado teve a ver com a



8

solidariedade para com as vítimas das tempestades que assolaram recentemente o país, destacando e agradecendo a todas as Entidades o esforço e dedicação, sem limites, na ajuda prestada. Finalizou a sua intervenção recordando que naquele dia fazia precisamente quatro anos que teve início a guerra na Ucrânia, uma paz que tardava e que todos os dias nos confrontávamos com o horror dessa guerra. Lembrou, também, a ajuda que o Município e os Cidadãos do Concelho de Vila Flor prestaram nessa altura na *"Missão Ucrânia F'liz"*, desempenhando um papel humanitário, que se torna muitas vezes grande, porque tudo aquilo que se puder dar é sempre pouco. - -----

----- O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, referiu que na última AM questionou o Senhor Presidente da CMVF sobre a instalação de aparelhos de ar condicionados na Universidade Sénior, tendo o Sr. Presidente respondido que os aparelhos de ar condicionado se encontravam a mais de 50 metros de um elemento histórico, o Pelourinho. O Deputado Bruno Monteiro acrescentou que de acordo com a Legislação Portuguesa da Proteção do Património, a instalação de equipamentos exteriores visíveis, como aparelhos de ar condicionado nas zonas históricas, ARU, áreas de proteção com envolventes patrimoniais e, no caso concreto de um Imóvel com interesse Municipal situado na Zona histórica e dentro área da reabilitação Urbana, estava sujeito a restrições, nomeadamente à necessidade de autorização prévia para minimização do impacto visual, integração arquitetónica e, em muitos casos, proibição de fachadas visíveis. Seguidamente deixou a seguinte pergunta: *"Se um Município ou um particular instalar aparelhos de ar condicionado numa zona histórica com as mesmas restrições, com que credibilidade poderá o Município exigir a sua retirada se a própria Autarquia não cumprir ou esclarecer o enquadramento legal dessas instalações?"* Sobre o DAE, disse que no dia 18 de agosto de 2022, o Município de Vila Flor anunciou publicamente que se tinha tornado um Município Cardioprotégido, informando a população acerca da instalação de oito desfibriladores automáticos externos em vários espaços do Concelho. Disse que foi também referido que existiam elementos formados em Suporte Básico de Vida e que o licenciamento e autorização desses equipamentos era da responsabilidade do INEM, mas que após a análise dos mesmos e passados quatro anos, todos os desfibriladores instalados apresentavam um aviso claro que passava a



citar: *“O DAE não deverá ser utilizado até à emissão de licença por parte do INEM, este aviso resulta diretamente do Decreto-Lei nº183/2009 de 12 de agosto que estabelece que um DAE não deve ser utilizado sem licenciamento e autorização; passados quatro anos os equipamentos continuam, na prática, sem poderem ser utilizados”*. Seguidamente colocou as seguintes perguntas: *“quantos, dos oito desfibriladores, estão hoje licenciados e autorizados pelo INEM? Quantas pessoas afetas ao Município estão atualmente formadas e com certificação válida para operar os DAE? Tem pessoas com formação? Em que locais se encontram essas pessoas afetas?”* Finalizou a sua intervenção dizendo que era particularmente grave se tivermos em conta que em Portugal ocorrem mais de dez mil paragens Cardiorrespiratórias por ano fora do hospital, e que as doenças cardiovasculares continuam a ser a principal causa de morte, representando cerca de trinta por cento dos óbitos anuais, que num contexto desses anunciarem equipamentos que não funcionam, nunca funcionaram nem podem ser usados, em termos legais criava apenas uma falsa sensação de segurança junto da população.-----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, disse que queria enaltecer o Município, os seus funcionários e os restantes Municípios que estiveram na Organização e nas Mesas de Assembleia de Voto em todo o Concelho, pela forma exemplar como decorreram os Atos Eleitorais no dia 18 de Janeiro e 8 de fevereiro, e congratular também os Municípios que foram às urnas exercer o seu direito de voto, tendo sido umas eleições bastante participativas, que Vila Flor dava mais uma vez o exemplo da Democracia. Acrescentou que queria congratular também o Município e em especial os respetivos funcionários e os Sapadores Municipais pela prontidão com que ajudaram os Municípios que sofreram alguns constrangimentos com o encerramento de estradas e caminhos devido à queda de neve, pois a rápida intervenção levou a que tudo voltasse à normalidade em pouco tempo. Acrescentou que também enaltecia o Município pela prontidão e disponibilidade na ajuda aos Municípios da zona centro que sofreram com as tempestades que assolaram aquela zona do país, que era emocionante ver a forma como todas as Associações, alguns grupos de amigos e os Municípios se associaram a essa causa e puseram mãos à obra na recolha de tudo o



que poderia fazer falta aos nossos congéneres que sofreram com estas tempestades; que só lhe aprazia dizer *“tenho orgulho nas nossas gentes”*.-----

----- O Deputado da AM Vítor Gomes (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que o assunto que trazia era relativo às candidaturas, ao apoio excecional aos agricultores, mais precisamente as declarações de prejuízos relativos aos incêndios de agosto de 2025 feitas através do Gabinete de Apoio à Agricultura; disse que queria saber qual era o ponto de situação, se todos os lesados já receberam o apolo ou não, se existia algum constrangimento no registo, uma vez que algumas pessoas ainda o questionavam se o pagamento demorava. Ainda relativamente às tempestades que passaram havia pouco tempo, disse que também existia um formulário para a declaração de prejuízos resultantes dessas intempéries que afetaram as produções agrícolas e que a CCDRN estava a pedir que fosse feito quanto antes. Perguntou se, nesse caso, também o Gabinete de Agricultura estava a fazer o levantamento. -----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que ao assinalar os 50 anos do Órgão Municipal que nasceu com a Democracia consolidando o Poder Local após o 25 de abril, importava relembrar que as AM formalizadas nas primeiras Eleições Autárquicas de 12 de dezembro de 1976, eram um pilar essencial da participação cívica e da gestão pública. Salientou que apesar de ainda atualmente serem vistas por alguns como acessórias ou meramente simbólicas, era nelas que residia a representação sobre as matérias estruturantes do Concelho. Acrescentou que começamos o ano como terminámos, com boas notícias, pois o Doutor Pedro Santos, Presidente da AM de Vila Flor, volta a ser reconhecido e eleito, agora como Presidente da Assembleia da CIM Terras de Trás-os-Montes, uma eleição que honra a AM de Vila Flor e confirma o caminho que não nasceu do acaso; *que a AM de Vila Flor também floresce, “uns tratam a flor, outros admiram o vaso, mas há quem cuide, o fruto aparece, quando não há fica só o perfume do discurso, e em política, como na terra, não é o cheiro que alimenta, é o fruto”*. Salientou que em pouco tempo se construiu uma AM diferente, respeitada e com projeção regional e nacional, algo que décadas de poder contínuo não conseguiram alcançar, apesar de longas permanências



2

e cargos sucessivos, que havia diferenças que o tempo não explicava, mas que se explicavam pela visão, exigência e vontade, pois o Doutor Pedro Santos provava isso mesmo: querer, saber e fazer, e *“quando dizemos fazer é para fazer de facto”*. Sublinhou que ficava a satisfação de ver o trabalho reconhecido e a Terra engrandecida, que atualmente eramos uma Vila pequena, sim, mas com um nome maior. Agradeceu e desejou ao Doutor Pedro Santos saúde e vida longa. Disse que também fazia jus ao trabalho do Executivo que já tinha iniciado as comemorações dos 50 anos das AM, endereçando ao Senhor Presidente da CMVF os seus parabéns pela sua visão em promover o Concelho e o Território no que dizia respeito à Proteção Civil, um assunto bastante vincado nos últimos dias, que Governar era antecipar e a estabilidade que tínhamos devia servir para reforçar a preparação do Concelho; que os acontecimentos recentes do País lembravam que os Municípios são a primeira linha de Proteção das populações, de responsabilidade concreta, e que essa responsabilidade media-se na preparação, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se o Plano Municipal de Emergência estava atualizado e efetivamente testado no terreno; se existia um Mapeamento Integrado de riscos que articulem incêndios, cheias e outras situações de maior exposição permitindo uma leitura estratégica e não apenas respostas sectoriais; se as Barragens Hidroagrícolas dispunham de avaliação técnica recente e planos de contingência claros, e que todos esses planos não eram só de execução da Câmara, mas também de execução partilhada. Disse, ainda, que se deviam promover exercícios anuais de simulação envolvendo Bombeiros, Juntas de Freguesia e Cidadãos, assim como criar um sistema Municipal de alerta rápido à população por SMS ou aplicação móvel; disponibilizar formação básica de auto proteção nas freguesias; publicar o Relatório Anual de risco e prevenção acessível a todos de forma a proteger as pessoas e honrar o Mandato que receberam .-----

----- O Presidente da AM agradeceu as palavras proferidas pela Deputada Olívia Martins, dizendo que era uma honra poder presidir à Assembleia Intermunicipal da CIM, não por razões pessoais, mas pelo Concelho, que conseguiram um efeito único no país e, talvez, irrepetível, dado que, Vila Flor, um Concelho de pequena dimensão, consegue presidir à Assembleia e à Direção da CIM, que era algo que não existia em mais nenhuma CIM, e que isso se devia ao papel do Senhor Presidente da Câmara enquanto Presidente



8

da Direção. Acrescentou que para si era um prazer enorme ouvir dizer que o Presidente da Assembleia da CIM era o Presidente da AM de Vila Flor, e esse era o seu regozijo, agradecendo a Vila Flor essa Eleição que foi disputada, pois tiveram de ir a votos. Agradeceu as palavras da Deputada Olívia. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF referiu que se associava, em nome do Executivo Municipal, aos votos de pesar que foram ali sentidamente propostos, que havia pessoas a quem não ficavam insensíveis à sua presença, à sua existência e à sua vida, que contribuíram em muito, por vezes de uma forma até discreta, silenciosa, dedicando-se às outras pessoas e, portanto, que se associavam de uma forma sentida à sua perda. Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno, disse que, sem dúvida, falava de justiça relativamente à água, mas que a estratégia do Executivo em relação a esse tema, para haver essa justiça e um controlo financeiro adequado, o que decidiram no Executivo Municipal foi que iriam desenvolver uma Estratégia que consistiria em três passos: em primeiro lugar chegar a cem por cento do Concelho a mesma origem de água para que essa justiça ganhasse forma, ganhasse corpo, e que já tinham conseguido fazê-lo mesmo às aldeias mais pequenas, que era o único Concelho no Distrito de Bragança, e se calhar no Interior Português, onde todos os Municípios têm a mesma origem de água; que esse era o primeiro passo a dar para que as tarifas e o próprio controlo financeiro de dívidas fosse justo, pois não seria justo não termos um sistema eficiente, limitarmos fugas, renovarmos, qualificarmos. Acrescentou que reiniciaram esse processo de requalificação do sistema e também da sua eficiência que depende, atualmente, de Tecnologia, nomeadamente a telemetria, tendo iniciado a sua instalação há pouco tempo. Acrescentou que o primeiro passo foi chegar a todos, o segundo passo foi sermos mais eficientes na gestão da água para não fazer pagar aos consumidores a água que é desperdiçada através de fugas, seja pela ineficiência do próprio sistema, como pela sua antiguidade. Disse, também, que aproveitava a oportunidade para lembrar que essa foi uma grande obra dos cinquenta anos de Poder Autárquico Democrático, iniciada no tempo do saudoso Senhor Ramalho, e que desde então poucas requalificações sofreu, que essa renovação já tinha sido iniciada pelo atual Executivo e iria continuar; que o terceiro passo consistia, exatamente, naquilo que o Senhor Presidente de Junta disse com toda a propriedade - a questão de pagamentos



da tarifa. Quanto aos parques de estacionamento, disse que isso dependia muito da formação de todos nós, de cada um olhar por aquilo que era público e não abusar, que isso iria ser confirmado, mas que também dizia que não existia uma solução milagrosa, porque para instalar parquímetros teria depois de ter uma polícia Municipal ou contratada que fiscalizasse, que autuassem e que rebocasse as viaturas, o que tornava o assunto difícil, mas a ponderar. Relativamente ao Senhor Deputado Bruno Monteiro, disse que não entendia a questão da climatização, perguntando-lhe se não queria que a Universidade Sénior tivesse condições de climatização para que as pessoas pudessem frequentar esse espaço, que já lhe assegurou que estava tudo feito e bem feito e que, acima de tudo, a motivação era para que as pessoas tivessem condições de poder utilizar esse espaço, e que nunca o atual Executivo nem os anteriores mandaram retirar nenhum sistema de climatização de nenhuma casa, pois vivemos num tempo em que devemos ter conforto térmico, uma coisa que devia a todos preocupar. Quanto à questão dos Desfibriladores, disse que foram recomendados pelos Bombeiros, que aproveitava para saudar, que eram equipamentos que estavam dentro da lei, que foram dados cursos de formação a várias pessoas dentro da Câmara Municipal, e que não entendia a motivação da sua pergunta. Salientou que dantes não havia nada e foi exatamente por causa disso que decidiram instalar esses Equipamentos, com essa preocupação, mas que se houver alguma coisa a corrigir agradecia a sua contribuição e com certeza que a iriam corrigir juntos e dar a resposta adequada e necessária aos nossos Municípios. Ao Deputado Paulo Morgado disse que o Executivo tem os seus responsáveis, mas deixava uma palavra aos Colaboradores do Município, aos Sapadores, aos Manobreadores que foram chamados fora de horas durante o fim-de-semana, responderam à chamada e efetuaram as limpezas e desobstrução de vias necessária, e que não houve constrangimentos, que esse era um trabalho que se lá fazendo e que já ninguém se lembrava. Ao Deputado Vítor, relativamente aos Incêndios, disse que houve uma articulação bastante profícua entre a CCDRN e o Gabinete de Agricultura do Município, criado no Mandato anterior e que tem Técnicos dedicados e que receberam as diversas Candidaturas; que tem a informação que já foram feitas cento e dezassete candidaturas de nove mil euros, que Vila Flor foi o primeiro Concelho do Distrito de Bragança a quem foi paga uma dessas Candidaturas, que isso tinha a ver com os Técnicos do Gabinete de Agricultura em conjunto com a CCDR, porque aqui a responsabilidade era conjunta, pois



a CCDR tem de verificar todas as Candidaturas para serem reparados dos danos deste Evento terrível. Deixou, também, uma palavra às Associações de Agricultores de Vila Flor que se associaram ao Município ajudando e contribuindo para que fossemos rápidos e eficientes. Quanto às intempéries mais recentes, disse que aquando da visita do Doutor Paulo Ramalho a Vila Flor, às Amendoeiras em Flor, com o Senhor Ministro da Agricultura, lhe deu conta que já havia na Região Norte vinte e cinco milhões em Candidaturas e que Vila Flor já tinha apresentado Candidaturas diretamente. A Deputada Olívia disse que se associava à saudação que fez ao Presidente da AM de Vila Flor, que era muito prestigiado não só a nível Distrital, mas também a nível Nacional, que também foi eleito para os Órgãos diretivos da ANAM, que era, sem dúvida, também um Órgão muito importante a nível Nacional e para a Assembleia Municipal da CIM Terras de Trás-os-Montes, da qual era um dos Membros mais antigos cujo valor foi, por isso, reconhecido; que foi a primeira vez que um Município da dimensão de Vila Flor, um Concelho com seis mil habitantes, se conseguia exprimir, impor de uma forma muito positiva, que a imagem era de competência, de conhecimento, por isso o Executivo Municipal se associava e parabenizada não só o Presidente da AM de Vila Flor, mas também o Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Terras de Trás-os-Montes. Quanto à Proteção Civil, disse que Vila Flor estava na linha da frente, pois estavam bem equipados, não sendo essa a visão que tinham quando assumiram as responsabilidades do Município, pois a Buldózer não tinha capacidade para ir para outros Concelhos porque nem sequer tinham meios de a transportar, mas que agora já tinham, socorrendo e ajudando em todo o lado, o que era importante e orgulhava todos os Vilaflorenses e os manobreadores dessa máquina. Acrescentou que Vila Flor estava na linha da frente, que as pessoas estavam seguras, realizando-se simulacros pelas nossas aldeias em que Vila Flor participa ativamente; que Vila Flor já iniciou este ano, atempadamente, a execução de vários corta fogos que são parte do nosso plano de defesa da floresta e prevenção de incêndios florestais, que era agora que esse trabalho tinha de ser feito e que também havia vários investimentos dentro da Proteção Civil, do qual destacaria uma Unidade Local de Formação que vai integrar a nossa base de apoio logístico atribuída aos nossos Bombeiros e onde vamos ter a capacidade de formar não só Vilaflorenses, mas também muitos outros na temática de incêndios urbanos. Quanto à questão das barragens hidroagrícolas, disse que são tituladas pela DGADR e



8

[Handwritten signature]

concessionadas às Associações de Regantes, que o Município ali não tinha uma palavra a dizer. -----

----- O Deputado da AM Bruno Montelro (PS), referiu que ficasse bem claro na AM que a sua Bancada queria que as pessoas do Envelhecimento Ativo deviam ter o maior conforto possível, mas que havia leis e regras, portanto a instalação de aparelho de ar condicionado não devia ser visível na via pública, sugerindo a integração de cobertura ou caixa técnica e sistemas centralizados ocultos, pois isso estava na lei, e visto que era uma obra nova era no sentido de o colocarem lá, perguntando se alguém começar a instalar aparelhos de ar condicionado ou outras, quem somos nós para pedir ao Município para a sua retirada. Quanto aos DAE, (Desfibrilhadores Automáticos Externos), disse que antes não existiam, mas que ao existirem e não funcionarem, seja no Município, seja nos Bombeiros, teriam de ter uma placa indicativa do local, que até deviam existir nas Juntas de Freguesia, pois poderiam salvar vidas. -----

A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), fez a seguintes perguntas ao Sr. Presidente da Câmara: *"As barragens hidroagrícolas dispõem de avaliação técnica recente e planos de contingência claros? Se houver algum problema com algumas daquelas barragens, o que é que pode acontecer? Quais são as estratégias que nós temos de fuga, de sobrevivência? Há planos de emergência? há interligação? As Associações de Regantes têm algum plano de emergência? Se não têm, também gostaríamos de saber a quem temos de pedir responsabilidade: à Câmara, às Associações de Regantes ou à DGADR?"*-----

----- O Senhor Presidente da CMVF respondeu ao Deputado Bruno dizendo que ainda bem que estavam juntos relativamente ao conforto dos nossos Séniores, de quem frequenta aquele equipamento e que folgava com isso. Agradeceu o seu comentário sobre a instalação dos desfibrilhadores e assegurou-lhe que estava tudo a ser cumprido e ainda bem que estavam alinhados. À Deputada Olívia respondeu que as barragens eram propriedade da DGADR, que não havia nenhuma responsabilidade do Município, que o Equipamento não era municipal, mas sim Nacional, que as Barragens em Portugal eram propriedade da DGADR que depois as concessionava a quem tem necessidade de utilização dessa água para fins agrícolas. -----



----- PONTO TRÊS PONTO UM: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da AM perguntou se alguém queria intervir nesse ponto, dando de seguida a palavra ao senhor Deputado Fábio Azevedo. -----

----- O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que iniciava a sua intervenção sublinhando que Vila Flor estava novamente em destaque na Região. Acrescentou que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes Integra 195 freguesias, distribuídas por nove concelhos: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vimioso, Vinhais e Vila Flor, ocupando uma área sensivelmente de cinco mil quinhentos e quarenta e três quilómetros quadrados, um Território vasto, com grande riqueza, mas também com desafios próprios do Interior; que era com enorme orgulho que felicitava o Presidente da AM de Vila Flor, Doutor Pedro Santos, pela sua Eleição como seu Presidente; que essa Eleição assumia especial relevância para o nosso Concelho, pois mais uma vez mais Vila Flor via um dos seus representantes assumir um cargo de elevada responsabilidade numa estrutura Intermunicipal de grande dimensão e importância; que num território de Interior como o nosso, esta Representação ao mais alto nível Institucional, reforça a afirmação do Concelho, valoriza o seu papel no contexto Regional e demonstra que a competência e liderança não são condicionadas pela Dimensão Geográfica. Sublinhou que estava certo de que esse Mandato será exercido com dedicação e sentido de responsabilidade já reconhecido por todos nós. Desejou-lhe os maiores sucessos no exercício dessas importantes funções. Destacou o Ponto três da Atividade Municipal, dizendo que era com satisfação que registava as decisões do Tribunal que deram razão ao Município de Vila Flor no Processo relativo à Barragem Redonda das Olgas, importando sublinhar que houve duas decisões nesse Processo, ambas favoráveis ao Município; numa primeira fase com o levantamento do efeito suspensivo, permitindo que a obra pudesse avançar, e posteriormente a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela que confirmou integralmente a posição da Autarquia com o ganho total da causa e condenação da parte autora, nas custas; que essas decisões confirmam a correção da conduta e posição



assumida pelo Município, permitindo ultrapassar entraves Processuais que tinham determinado a suspensão temporária da Obra. Continuou a sua Intervenção dizendo que se tratava de um momento relevante para o nosso Concelho, não apenas do ponto de vista Jurídico, mas, sobretudo, estratégico, referindo que a Barragem Redonda das Olgas representava muito mais que uma Infraestrutura, representava reforço da gestão sustentável da água, apoio direto ao Setor agrícola, maior resiliência face às alterações climáticas e um impulso ao desenvolvimento económico e ambiental do nosso território. Salientou que num Concelho do Interior como o nosso, cada Projeto Estruturante tem um peso acrescido, e esse era, sem dúvida, um Projeto determinante para garantir melhores condições para as populações, aos agricultores, às gerações futuras. Terminou a sua intervenção dizendo que passada a fase judicial, a obra possa avançar com normalidade e dentro dos prazos previstos, para que o Concelho possa beneficiar plenamente deste investimento. -----

----- O Deputado da AM Eurico Trigo (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, referiu que relativamente à Eleição do Doutor Pedro Santos para a Assembleia Intermunicipal das Comunidades Intermunicipais Terras de Trás-os-Montes, Importava clarificar se se tratava de uma posição com influência Executiva e efetiva ou de natureza protocolar; que impacto concreto terá para o Concelho; que financiamentos adicionais poderão resultar desta representação, pois a representação institucional só tem relevância se produzir efeitos mesuráveis. Relativamente à Vila F´liz Natal, disse que lhes era anunciado com sucesso, com milhares de visitantes, contudo importava avaliar os resultados económicos reais; se o comércio local confirmava o aumento significativo de vendas ou apenas maior circulação; que o número de visitantes não era, por si só, Indicador económico, eram dados quantitativos, mas o sucesso era presumido, não demonstrado. Relativamente à Barragem Redonda das Olgas, perguntou se existia calendário fechado para a execução; qual o ponto de situação administrativo e financeiro, pois os projetos estruturantes exigiam transparência. Quanto ao ranque empresarial, disse que o terceiro lugar Distrital era motivo de satisfação, contudo era legítimo questionar que políticas municipais contribuíssem diretamente para esse crescimento; que incentivos concretos existem para a fixação e expansão das empresas; se existem benefícios fiscais, simplificação



administrativa ou apoio ao investimento; se o mérito empresarial era dos empresários, o Município devia demonstrar qual foi o seu contributo efetivo. Relativamente ao quinto ponto da Atividade Municipal, Mobilidade Elétrica, disse que estavam previstos dez postos de carregamento, Importando saber qual era a taxa média de utilização dos postos já existentes, se o Investimento era proporcional à realidade demográfica do nosso Concelho. Seguidamente perguntou se os postos existentes na Praça de Táxis têm condições adequadas de espaço e funcionalidade; que o evento “Amendoeiras em Flor” era relevante para a promoção territorial, mas exigia avaliação objetiva: qual era o retorno económico direto; se existem estudos de impacto económico, pois Investimentos elevados exigem métricas rigorosas. Relativamente ao oitavo Ponto da Atividade Municipal, Turismo e Promoção Turística, com a presença na FITUR e na Feira da Caça de Turismo de Macedo de Cavaleiros, disse que importava esclarecer quantos contactos foram convertidos em luxos turísticos reais, se existem planos estratégicos estruturados de captação de visitantes ou trata-se apenas de participação Institucional, pois feiras são instrumentos, não resultados. Por último, sobre a instalação da nova Fonte na Praça da República, disse que esse espaço era, sem dúvida, um dos mais simbólicos de Vila Flor, centro da vida cívica, palco de encontro, celebrações e momentos que marcam a Identidade coletiva do nosso Concelho; mais do que um espaço físico representava memória, pertença e continuidade histórica da comunidade Vilaflorense, sendo exatamente por isso que qualquer intervenção naquele espaço deve ser pensada com rigor, visão e respeito; que a Instalação da nova Fonte podia ser apresentada apenas como um gesto de homenagem ao passado, quando, na prática, levantava questões sérias sobre o seu enquadramento urbanístico, a sua dimensão, o seu modelo construtivo e, sobretudo, o seu custo; uma Praça moderna e funcional exigia coerência estética, planeamento técnico e transparência financeira, não bastava apresentar um elemento decorativo, era necessário garantir que esse elemento dialogasse com o espaço, respondesse a um conceito integrado de requalificação. Acrescentou que quando vemos soluções remendadas em cima do existente, somos levados a questionar se houve projeto global, coordenação técnica, visão estratégica ou se estávamos perante decisões avulsas tomadas sem o cuidado que o espaço público exigia; se essa intervenção era modernização ou mero improviso; se estávamos perante a falta de recursos financeiros, falta de planeamento ou falta de competência. Disse,



Handwritten signature and initials in blue ink.

ainda, que a Praça da República não era um laboratório de experiências, era o coração da Vila, e o coração merecia mais do que soluções improvisadas, o que os Vilaflorenses esperavam era transparência, responsabilidade e qualidade nas decisões, porque investir no espaço público era investir na dignidade da comunidade, e essa dignidade não podia ser tratada como um detalhe ornamental. Finalizou a sua intervenção dizendo que a Atividade Municipal apresentava uma narrativa positiva, mas revelava a ausência sistemática de indicadores de desempenho, falta de métricas económicas concretas, escassa avaliação de impacto e tendo o predomínio da comunicação sobre a demonstração, mas que governar não era apenas anunciar, era medir, provar e sustentar. Que o Concelho precisava de menos propaganda, mas mais resultados quantificáveis. -----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que no Relatório de Atividades Municipal era evidente o pendor solidário do Executivo pelo foco nas crianças e nos mais idosos, o investimento no desporto, na educação, na cultura e na promoção do território; demonstrava que a solidariedade era a promoção do Concelho, que não era retórica, era execução; que a aposta na fibra ótica de cobertura nacional traduzia uma opção estrutural e promoção da igualdade de oportunidades; que os antigos pontos críticos foram significativamente mitigados, importando, porém, sublinhar o Ponto quatro, na dimensão económica, pois de acordo com os indicadores agregados, Vila Flor posicionou-se no terceiro lugar entre os doze Municípios do Distrito de Bragança, registando um volume de atividade na ordem dos cinquenta e oito milhões de euros, que esse resultado, considerando a escala Territorial e Demográfica do Concelho, (não sendo nós o de menor área, esse era Freixo de Espada à Cinta, mas integrando um grupo dos de pequena dimensão), revelava uma capacidade instalada relevante ao nível da dinâmica empresarial, da criação de valor e da mobilização de investimento. Acrescentou que se tratava de um indicador objetivo de desempenho económico relativo que projetava o Concelho para o patamar superior do pódio Distrital. Deixou uma palavra final aos empresários do concelho, dizendo que são eles que assumem o risco, alocam capital, geram emprego e acrescentam valor, que são o motor real desses números. -----



----- O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), questionou o Senhor Presidente da CMVF sobre o transporte diário de trabalhadores do Município oriundos das Freguesia, o qual era assegurado por viaturas Municipais, especificamente para os funcionários residentes em Candoso, Carvalho de Egas e Seixo de Manhoses, deixando as seguintes perguntas: *“Quais são os critérios para este apoio, sendo uma viatura do Município que os vai buscar e levar? Por que razão se aplica apenas a trabalhadores destas três localidades? Porque não acontece o mesmo com outros funcionários que residem noutras aldeias e freguesias? Existem outras ajudas a outros funcionários, para além do transporte? Estas ajudas quando não são claras e regulamentadas pode criar o desconforto entre os restantes trabalhadores, gerar sentimento de desigualdade e prejudicar o bom funcionamento interno dos Serviços”*. Acrescentou que não se tratava de retirar apoios a quem os tem, mas garantir a equidade e a transparência e, se possível, incluir mais funcionários nesses apoios, ser equitativo, ser igual para todos. Pediu, também, ao Senhor Presidente que lhes dissesse quais eram as equipas técnicas responsáveis pela Ação Social do Município, quem delas fazia parte, quais as equipas responsáveis do CLDS 5G, da Unidade do Envelhecimento Ativo, como eram organizadas essas equipas e como eram assegurados esses serviços fundamentais à Comunidade...

----- O Deputado da AM Armindo Olmo (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, agradeceu todo o esforço que o Município fez no fim-de-semana de 24 e 25 de dezembro quando caiu neve em algumas aldeias onde se passou a circular menos bem, mas que a intervenção dos Sapadores e de todos os intervenientes fizeram com que a segurança estivesse presente para que as pessoas pudessem circular, dando os parabéns ao Executivo e deixando um agradecimento também aos Sapadores porque não podemos esquecer que foi no 24 e 25 de janeiro, sábado e domingo. Seguidamente disse que deixava um desafio ao Executivo relativo à estrada municipal Vila Flor – Arco – Seixo de Manhoses, onde há um cruzamento com perigo, pois cada carro que ali passa não tem visibilidade, não há sinal nenhum que diga que está ali um cruzamento para as pessoas que não conhecem, que até já houve lá vários acidentes, felizmente nunca nenhum muito grave, mas isso pode acontecer, e a vida de uma pessoa é muito mais importante que algumas centenas de euros. Finalizou a sua intervenção pedindo que o



8

Município fizesse um estudo para poder ali criar uma rotunda, para que um dia mais tarde não tenhamos remorsos por qualquer coisa que possa ali acontecer.-----

----- A Deputada da AM Sónia Rosa (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referindo-se ao evento "Cantar os Reis", disse que o calor humano superou a meteorologia adversa, que a música, a tradição e a partilha aqueceu não só os participantes mas também todos os que assistiram, e os números falavam por si, que este ano foram superados os dados estatísticos das edições anteriores, sinal claro que a iniciativa estava a crescer, a consolidar-se e a conquistar cada vez mais pessoas; importava sublinhar a forma exemplar como o Município conseguiu envolver as Associações e os fregueses sem limites de idade, dos mais novos aos mais experientes, todos tiveram lugar, todos tiveram voz; esse era o verdadeiro espírito comunitário, a inclusão, a participação e a identidade partilhada. Quis também destacar, com particular orgulho, a participação do Clube Azenhas Vivas que aceitaram o repto, que saíram da sua zona de conforto e ainda bem que o fizeram, que essa experiência não só envolveu membros do Clube, como mobilizou a população de Vilarinho das Azenhas, que aderiu com muito entusiasmo, que o feedback não poderia ser mais positivo, pois gostaram, sentiram-se parte e já aguardam com expectativa a próxima edição e próximos convites. Acrescentou que essa era a prova de que iniciativas simples, sem grandes custos, podiam ter um enorme retorno social e humano, quebrando barreiras, aproximando as pessoas, reforçando laços e fortalecendo o sentimento de pertença. *"Que haja muitas iniciativas assim, que continuemos a unir o nosso povo através da cultura, da tradição e da participação ativa de todos. Deixo, por isso, os meus parabéns aos promotores desta atividade e a todos os que contribuíram para o seu sucesso".*-----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu-se à promoção do nosso Território enquanto Concelho, com a presença e ação promocional na vigésima oitava feira da Caça e Turismo em Macedo de Cavaleiros, nos dias 29 de janeiro a 01 de fevereiro. Salientou a participação dos Artesãos da "Rota do Saber Fazer", reforçando a ligação à identidade e aos produtos endógenos da Região. Salientou que a presença do Município em eventos como a Feira da Caça, a par com muitos outros Concelhos vizinhos, visava afirmar Vila Flor, valorizar os seus recursos,



produtos e Identidade, integrar redes de cooperação territorial atualmente essenciais à competitividade dos territórios do Interior. Acrescentou que a promoção, tanto na Feira da Caça, como na FITUR ou na BTL, tinha dado frutos e isso verificava-se naqueles eventos que o Município promove e ao qual se associam normalmente e em grande parte, as Associações do Concelho, como no caso das Amendoeiras em Flor, a decorrer no mês de fevereiro. Salientou a participação do “Clube de Caça e Pesca” no Certame com as suas atividades no primeiro fim-de-semana, da “Associação Póvoa d’Além Sabor”, com algumas atividades no segundo fim-de-semana, nomeadamente o Desfile Etnográfico, o que demonstrava que havia atividade nesses eventos devido à promoção que era feita pelo Município, do respetivo investimento e o reflexo disso viu-se na montaria, na largada, cujos lugares disponíveis esgotaram praticamente passados dois ou três dias, contando com a presença de pessoas de todo o país, portanto não era um custo, mas investimento. Salientou que no certame das “Amendoeiras em Flor”, os Expositores e os Artesãos tiveram a maior montra para venderem os seus produtos, devendo-se isso, também, às visitas de pessoas de outras regiões. Salientou, também que essa promoção estava a dar frutos porque o Clube de Caça e Pesca convidou o Senhor Ministro da Agricultura para estar presente e como já conhecia a atividade do Clube Caça e Pesca e o Certame das Amendoeiras em Flor, aceitou o convite e o Município aproveitou a sua vinda para o receber e lhe mostrar efetivamente tudo o que temos de bom para oferecer, portanto essas atividades eram para continuar, pois não eram um gasto, eram um investimento. Em relação à Fonte na Praça, disse que fazia ali uma analogia com um pintor, *“pois quando um começa a pintar um quadro nós podemos ver o pintor e não vamos criticá-lo enquanto ele o pinta, quando terminar a Obra vamos analisar se gostamos ou não, se está bem, se a técnica utilizada foi bem aplicada, mas é no final da Obra que efetivamente podemos fazer a crítica e devemos fazer a crítica, que é sempre relativa porque pode gostar-se ou não. A Obra não está terminada, está a ser implementada na Praça da República, no coração histórico de Vila Flor, que volta a ganhar vida com esta colocação de uma Fonte que pese embora com toque moderno e adaptação ao contexto arquitetónico, recupera uma tradição que remonta às memórias do local. Ao longo dos anos, esta Praça tem sido ponto de encontro da Comunidade e a presença de uma Fonte sempre marcou o seu carácter simbólico, associando-se à vitalidade e ao convívio entre habitantes e visitantes. Com esta intervenção, Vila Flor*



8

[Handwritten signature]

honra o seu Património, revitalizando um espaço central que sempre foi sinónimo de encontro, cultura e história. Este novo elemento ainda em fase de instalação, não só visa embelezar a Praça como reforçar a ligação entre o passado e o presente, mantendo viva a memória do Local que é parte da Identidade dos Vila Florenses; não foi tida em conta no Projeto anteriormente pedido e solicitado pelo anterior Executivo, não foi tida em conta a Fonte que lá estava, este foi a solução e a nosso ver não pode ser criticada sem estar finalizada, portanto tenhamos calma e consigamos fazer e ver o bom trabalho que se vai fazendo, e não criticar antes da Obra estar feita". -----

O Presidente da AM referiu que o facto de Presidir à AM não o impedia de fazer uma intervenção enquanto Membro da AM; que foi eleito com a mesma legitimidade de todos e, portanto, sempre que entendesse necessário assim faria, e que havia marcos importantes em que não podíamos deixar de participar, sendo um deles aquilo que dava vida às nossas Terras, porque isso era o papel de uma Autarquia, como cuidar, proporcionar vida, alegria, felicidade e que ainda no domingo anterior tiveram todos o prazer de poder assistir ao Desfile Etnográfico de Vila Flor, onde participaram Associações, população em geral, entidades sem fins lucrativos, gente de Vila Flor animada na coreografia, na crítica, no humor, na sátira e isso, de facto, devia-se à coragem do Executivo de ter imposto este registo que não existia em Vila Flor. Deixou uma palavra especial à crítica feita à AM e ao Executivo, felicitando a *“Associação Torques”, de Villas Boas, pela ousadia, pelo humor e pela retratação tão bem caracterizada de todos nós que ali deixaram e de facto, é assim que nós sorrimos, que nós somos e portanto é assim que nós queremos continuar a ser*”. Recordou que este ano as AM comemoram cinquenta anos, e a AM de Vila Flor vai organizar a comemoração dos 50 anos da AM no mês de dezembro, avançando com um Evento para o qual serão todos convidados, porque aquilo que nasceu no Poder Local após a Ditadura, foi a criação das AM, pois as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais já existiam, passaram foi a ser eleitos os Membros que antigamente eram nomeados, mas a Constituição de 1976 acrescentou a necessidade de criar esse Órgão, a AM. Ao Deputado Fábio Rui disse agradecer-lhe as suas palavras, que era um regozijo pessoal, mas acima de tudo, um regozijo do nosso Concelho e um exemplo aos alunos que estiverem na sala, que qualquer um deles podia sentir que o facto de ter nascido em Vila



Flor não o Impedia de poder alcançar os objetivos e os seus sonhos e, portanto, a maior satisfação de ter o Senhor Presidente da CMVF como Presidente da Direção da CIM, o senhor presidente da AM como Presidente da Assembleia da CIM, era dizer que Vila Flor, um Território com seis mil habitantes, podia estar onde tiver de estar, garantindo que aos Concelhos à volta não foi fácil, havendo um agradecimento que tinha de fazer ali, em Vila Flor, à Bancada do PS, porque se não fosse a Bancada do PS ter-se enganado na votação dos seus Representantes na CIM, se calhar não tinha conseguido a sua Eleição, porque a votação foi graças aos dois votos que Vila Flor teve, foi a nossa Bancada que os ganhou por um erro da Bancada do PS, o que permitiu que tivéssemos a diferença que permitiu a sua Eleição, portanto era a Vila Flor que tinha de agradecer Isso. Ao Deputado Eurico disse que a sua intervenção lhe deixou uma nota de responsabilidade e algumas curiosidades, sobretudo de quem já foi Presidente da Junta de Freguesia e vinha ali, se calhar porque o sentiu: *“pegou numa Junta de Freguesia e entregou-a como Plenário, que a deixou descaracterizar e vem-me dar um conselho para que não tenha essa fragilidade, quer a nível do Concelho, quer a nível da nossa Região das Terras de Trás-os-Montes, e isso vai levá-lo efetivamente em conta porque tem esse dever e garante-lhe que dos nove concelhos da CIM, não vai perder nenhum, vamos manter a CIM e se pudermos vamos até fazer crescer, mas leva esse seu Concelho muito a peito porque, de facto, o Senhor Deputado tem essa legitimidade e fala com conhecimento de causa”*. Quanto aos benefícios, aos cálculos do que se podia fazer numa Governação, disse que nas últimas Eleições Autárquicas tivemos o melhor Relatório de sempre, e, portanto, não havia melhor Relatório do que a decisão e o pronúncio do Povo, e se em 2021 Vila Flor disse: *“não queremos mais Fernando Barros”* e em 2025 disse: *“queremos Pedro Lima”*, portanto era com isso que temos de viver. Acrescentou que nem tudo era perfeito, mas que efetivamente temos um Povo sábio, assim como demonstrou nas Eleições Presidenciais que tivemos. Sobre o seu papel na Assembleia da CIM, disse que *“não será diferente do seu papel da AM, onde passamos de uma AM sem transmissão em direto, onde levamos os Deputados ao Parlamento Europeu, onde fizemos iniciativas que nenhuma AM em Vila Flor nestes cinquenta anos tinha tido iniciativas próprias, temos Orçamento próprio, fizemos um Evento à Memória de Miller Guerra, um homem, um Vilaflorense que hoje tem esta Sala com o seu nome, fizemos efetivamente um conjunto de iniciativas que nunca a AM tinha feito”*. Disse, ainda que esperava poder ter



exatamente a mesma garra e poder fazê-lo em termos da Assembleia Intermunicipal. Por fim, disse-lhe que *“somos quinze mil Autarcas no nosso País, pois Vila Flor está a nível Regional a presidir à Direção e à Assembleia, está a nível nacional como Vice-Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais, e, portanto, todos os dias Vila Flor é falada. Vai estar em discussão a Lei Autárquica, e há uma cadeira que tem lá o nome que diz Vila Flor, onde se vai sentar e terá uma palavra a dizer naquilo que é a reformulação do Poder Local, até hoje nunca Vila Flor teve essa oportunidade de o fazer”*.

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que o Deputado Eurico devia preocupar-se, efetivamente, com o Erário público, no entanto devia preocupar-se também com os Municípios, pois quando um Município pede ou precisa de oitenta euros para fazer face a uma desgraça qualquer, solicita esse apoio à Câmara e o caso vai a Reunião de Câmara, mas o Vereador do PS abstém-se. Acrescentou que ela ficaria mais preocupada com isso do que com os gastos com que ele se preocupava. Finalizou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente por ter dado ao Município esses oitenta euros que tanta falta lhe faziam. -----

O Senhor Presidente da CMVF referiu-se à Atividade Municipal dizendo que era um documento que representava muito trabalho, muita dedicação de todos os Colaboradores do Município, das suas Chefias, que se articulavam para apresentar ali todos os indicadores possíveis de visitantes a nível de Turismo, de participantes em Envelhecimento Ativo, que era uma consulta bastante gratificante para quem vive em Vila Flor e vê que realmente temos um Concelho vivo e que isso não se devia ao Executivo Municipal, mas aos Vilaflourenses, aos Colaboradores da Câmara, às Associações, aos Produtores, àquelas que acreditam em Vila Flor. Ao Deputado Fábio, que veio ali falar de um Projeto estruturante para Vila Flor, disse que o total de investimento eram dezanove milhões de euros, que em breve iriam lançar a primeira pedra do elemento da Barragem e todos os Deputados iriam receber o convite para essa cerimónia que será o culminar em 2026 duma caminhada que iniciou em 2015. Sallentou que ainda bem que o Tribunal deu razão ao Município de Vila Flor e ainda bem que houve quem lutasse e acreditasse que tínhamos razão. Ao Deputado Eurico, disse que teve alguma dificuldade em acompanhar todas as suas questões, mas que em relação à



Eleição achava que existia ali uma confusão entre Poder Executivo e Poder Deliberativo; uma AM ou de Freguesia ou Intermunicipal tem poderes deliberativos, não tem poderes Executivos, portanto como era evidente não virá dali um Poder de Execução de fundos ou seja daquilo que for, mas existiam coisas muito importantes como, por exemplo, a Lei das Finanças Locais que determina a atribuição de fundos através da DGAL às Juntas de Freguesia ou Plenários, como no caso de Rolos, portanto isso, sem dúvida, é que era muito importante, que tenhamos uma voz ativa. Disse que era pena tentar reduzir aquilo que era grande, que demonstrava, por vezes, o nosso valor, e apelava a que houvesse união e sentido de estado em algumas situações, pelo menos em Vila Flor, porque estavam a ser escutados pelo mundo fora, por Jovens que olham para nós, se calhar, alguns com desalento, porque realmente esse sentido de estado por vezes falha, apelando à união em torno daquilo que era bom para Vila Flor, tal e qual como o fez sobre a Barragem Redonda das Olgas, reconhecer o mérito que houve no passado. Sobre as iniciativas desenvolvidas, referiu que era sua obrigação a promoção Territorial, representar a nossa Terra e quem agradecia eram os nossos Produtores e Artesãos que têm essa oportunidade de se deslocarem, porque se há alguns que têm a capacidade de penetração nos mercados, de se representar em si próprios e de terem planos e estratégias de marketing definidos, muitos não têm essa capacidade, que todos sabiam que uma marca era muito importante, que Vila Flor tem de ser defendida, tem de ser promovida e o executivo Municipal tem obrigação de o fazer. Quanto à Barragem Redonda das Olgas, disse que evidentemente tinha um cronograma, mas que esse Cronograma era afetado pelo País que temos, pelo recurso que houve recentemente e que o Tribunal nos deu razão, mas que atrasou mais um pouco; pelas Instituições que às vezes obstaculizam o desenvolvimento local, mas temos que ir acreditando, lutando todos os dias tal e qual como foi feito desde 2015 e que nós iremos continuar a fazer e que muito em breve estará, com certeza, a ser inaugurada. Quanto ao ranking e ao terceiro lugar de Vila Flor, disse que tinha toda a razão, que isso se devia aos empresários, que o Município só quis partilhar uma alegria em dizer que Vila Flor se destacava dentro do Distrito. Acrescentou que não queriam levar louros, que a publicação era bem clara, somente dizer que Vila Flor estava no terceiro lugar de Empresas com maior atividade económica do Distrito de Bragança. Quanto ao carregamento elétrico, disse que as condições de carregamento, de produtividade, de



ocupação são avaliadas por Empresas que nos pedem e se candidatam para fazer essa instalação, que o Município aqui não tem custos.-----

----- A Senhora Vice-Presidente da CMVF depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, esclareceu o Deputado Eurico que, efetivamente, o Executivo não tomava decisões por tomar, pois o Executivo sabia ouvir, que enquanto o Senhor Eurico foi Presidente de Junta, ficou claro que o soubemos ouvir, que estivemos ao seu lado tal como estamos ao lado de todos os Presidentes de Junta porque era sua obrigação, que continuavam a trabalhar em conjunto, em Equipa e, portanto, era assim que devia ser. Relativamente à Praça, disse que teve a oportunidade de partilhar com ele a preocupação que era reportada, que a Fonte seca não correspondia ao elemento histórico que ali se pretendia, não entendendo a razão de agora mudou de opinião, mas que respeitava. Acrescentou que ele até acolheu de bom agrado a ideia de implementar na Praça uma Fonte, não seria a Fonte que estava, mas trazer uma à nova realidade da Praça atual, e que acolheu e agradeceu o seu apoio. Saliu que ainda não estava concluída, que a crítica devia ser construtiva, que deviam aguardar que efetivamente a Fonte fosse instalada, que estivesse realmente a funcionar e depois então darmos a nossa opinião. Esclareceu que a Fonte tem um custo de cerca de trinta mil euros para o Município, que se aproveitou todo o mecanismo que já lá existia para que a Fonte pudesse funcionar, que a antiga não funcionava e que a água até era um perigo porque ficava congelada naquele espaço; na sua opinião a fonte vai trazer uma identidade à Praça. -----

--- O Senhor Presidente da CMVF referiu que foram feitas afirmações às quais não podia ficar insensível, nomeadamente “propaganda e resultados”, e que falando em resultados para si, esses sim, representavam uma vitória muito grande, e não era do Executivo Municipal, era de Vila Flor, que eram dados do INE, que no intervalo de 2021 a 2025 Vila Flor rejuvenesceu, que foi o único Concelho do Distrito de Bragança onde isso aconteceu. Acrescentou que ao acolher os alunos do Agrupamento de Escolas o disse, que realmente era algo que lhe dava um prazer enorme poder dizer que a nossa Comunidade Escolar cresceu, que já estava com quinhentos e cinquenta alunos no Agrupamento, duzentos e vinte na Pré-escola e na Primária, e quando se consultam esses dados na PORDATA, os resultados que interessavam era sermos grandes em



termos de atividade empresarial, terceiros num Distrito com doze Concelhos, onde existem quatro cidades, e nós estarmos em terceiro, logo a seguir a Bragança e Mirandela, que não havia comparação em termos de tamanho. Acrescentou que a nível Demográfico, os críticos iam dizer que era muito ténue, muito pouco, mas o que interessava era que conseguimos quebrar o Ciclo de Envelhecimento. À Deputada Olívia, que falou no ranking empresarial, destacou uma homenagem aos nossos Empreendedores, aos nossos Empresários que sempre acreditaram e continuam a acreditar nesta Terra. Ao Deputado Bruno, que trouxe ali questões que têm a ver com Recursos Humanos, com Organigrama, Mapa de Pessoal, disse que todas essas ferramentas Sociais que foram apresentadas publicamente nem toda a gente tem de seguir essas publicações ou apresentações, mas que quando falamos de pessoas devemos de ter esse cuidado, iremos responder via email. Ao Deputado Armindo Olmo, disse que lá estava o trabalho de que não se dava conta, do nevão, reiterando uma saudação aos Serviços, aos Sapadores e aos Manobradores; que compreendia e entendia a sua preocupação sobre a necessidade da existência de uma rotunda no local de encontro das estradas Seixo-Arco, que o Executivo iria estudar e seriam assertivos na resposta. À Deputada Sónia, que falou no Cantar dos Reis, disse foi mais uma iniciativa que vinha de trás, havia 31 anos, que louvava quem iniciou, quem continuou mas, acima de tudo, quem sempre participou, quem vem participando ao longo dos anos, e também que aqui o Executivo Municipal decidiu com essa disponibilidade sair da zona de conforto, ter uma participação para mostrar que todos podemos realmente participar das atividades Municipais e que, se calhar, até devemos mesmo fazê-lo para lhes dar corpo e para lhes dar, realmente, continuidade. Ao Deputado Paulo Morgado, disse que a promoção Territorial era uma obrigação do Município, que deveria fazê-lo e que iria continuar porque o nome de Vila Flor tem de ser continuamente promovido e será. Ao Deputado Pedro Santos, relativamente ao Desfile de Carnaval Etnográfico, disse que foi um momento muito bem conseguido, dando os parabéns à Associação que o realizou, que Vila Flor tem, realmente, forças vivas que realizam e que desafiam o Município para se associar a estas iniciativas que nos fazem esquecer, por vezes, as agruras da vida, que bem precisos eram esses momentos de alegria. Salientou o grupo de Envelhecimento Ativo, o último grupo que participou do Desfile, dizendo que era muito numeroso, muito ruidoso, muito alegre, com elementos acima dos noventa anos de idade, um momento



alto das amendoeiras em Flor que ainda iriam decorrer durante mais dois fins-de-semana, com muitas atividades incentivando a participação de todos. Agradeceu as diversas intervenções. -----

O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), referiu que só queria dizer que a Deputada Olívia estava enganada no que referiu sobre o Vereador, que se absteve porque lhe foi recusada a Informação sobre como era constituído o Gabinete do Apoio Social do Município e por achar que sendo um assunto sensível, não poderia ser analisado por alguém que não fosse laboral no Município, sem pôr em causa a qualidade técnica da pessoa e por isso absteve-se. Acrescentou que não se preocupasse, pois não seria nem será por influência do Senhor Vereador ou de qualquer Membro do PS obstruído qualquer tipo de apoio. -----

----- **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Regimento da Assembleia Municipal – Discussão e Deliberação** -----

----- O Presidente da AM informou que sobre o Regimento já reuniu a Comissão permanente que foi representada pela Mesa, por dois Membros da Bancada do PS e dois Membros da Bancada Acreditar, em que foi visto o Regimento e tudo o que havia para introduzir ou para retirar houve essa possibilidade, portanto o documento estava fechado e estava ali hoje para discussão e votação. Não havendo inscrições, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por Unanimidade.

----- **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração ao Mapa de Pessoal fevereiro de 2026 – Discussão e Deliberação** -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir neste ponto, dando de seguida a palavra ao senhor Deputado Paulo Morgado. -----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que ficaram estupefactos ao ver a publicação e a Ata da Reunião de Câmara quando o senhor Vereador do PS votou contra o recrutamento do Técnico Superior: das duas uma, ou era por birra ou por desinformação e até era estranho vindo de um Técnico Superior licenciado em História e Geografia. Salientou que o trabalho de um Geógrafo



era de extrema importância para o Município, e por causa desse desconhecimento é que essa votação foi feita dessa forma; o trabalho de um Geógrafo que está afeto ao BUPI e que dá algum contributo no que diz respeito a outros trabalhos, vinha demonstrar que efetivamente era preciso e era importante o trabalho de georreferenciação. Acrescentou que naquele momento tinham uma aplicação interna de gestão e serviços municipais, nomeadamente água, obras, município, vias de comunicação, etc., que isso era da responsabilidade de um Geógrafo, assim como diversos apoios que tem dado ao Município e formação à Associação de Municípios solicitada através da CIM. Finalizou a sua intervenção dizendo que não estava em causa desvalorizar uma área em detrimento de outras, mas que não poderíamos permitir que por causa de uns os outros Serviços estejam postos em causa. -----

----- O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), referiu que o Deputado Paulo Morgado estava a falar por o Vereador ter votado contra, mas pelo que sabia a alteração do Mapa de Pessoal foi para a criação de um Posto na Área Social e não Geográfica, logo por aí o voto contra.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno, Carlos Selxas (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que estavam todos dentro de uma Sala, e que havia mensagens de um lado para o outro, perguntando por que razão não vinha o Vereador falar. -----

----- O Presidente da AM colocou o Ponto Três Ponto Três a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Maioria com quatro abstenções. -----

----- PONTO QUATRO: Período de Intervenção do Público. -----

----- O Presidente da AM questionou se algum dos Munícipes queria usar da palavra. Não se registando qualquer inscrição, agradeceu a presença de todos, informando que a próxima Reunião de AM será agendada para abril de 2026.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AM, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----



O Presidente da Mesa

(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário

Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

O 2.º Secretário

(Armando António Olmo)